

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



Grupo Técnico de Cobrança (GT-Cobrança)

Ata de Reunião do dia 07/10/2011 – Agência das Bacias PCJ – Piracicaba/SP – 9h30min

Membros com direito a voto			
Vaga	Sigla da Entidade	Representante	Participação
1	ASSEMAE	Paulo Roberto S. Tinel	Justificou
2	CETESB	Eneida M. M. Zanella	Ausente
		Domênico Tremaroli	Ausente
3	Cooperativas Holambra	Petrus Bartholomeus Weel	Presente
4	DAE Jundiaí	Maria das Graças Martini	Presente
5	DAE Santa Bárbara D'Oeste	José Hamilton Moraes Leal	Ausente
6	DAEE	Caroline Túbero Bacchin	Presente
7	FIESP	Roberto Polga	Presente
8	P.M. de Americana	Romualdo José Kokol	Ausente
9	Rotary Internacional	Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi	Presente
10	SABESP	José Roberto Fumach	Presente
11	SORIDEMA	Harold Gordon Fowler	Ausente
12	VIVERE	Michele Consolmagno	Presente
13	Agência das Bacias PCJ	Elaine Franco de Campos	Ausente

Convidados			
Nº	Sigla da Entidade	Representante	Participação
1	Agência Nacional de Águas	Marco Antônio Mota Amorim	Presente
2	Agência das Bacias PCJ	Elizabeth A. W. Umebayashi	Presente
3	Agência das Bacias PCJ	Juliana Prado Guilmo	Presente
4	Agência das Bacias PCJ	Sergio Razera	Presente
5	Agência das Bacias PCJ	Eduardo Cuoco Léo	Presente
6	DAEE/SE PCJ	Luiz Roberto Moretti	Presente
		Sebastião Bosquilia	Presente
		Cecilia Aranha	Presente

1. Pauta e Abertura: O Sr. Polga agradeceu a presença de todos e explicou os objetivos da reunião.

2. Informes: Fundação Agência das Bacias PCJ: O Sr. Polga passou a palavra ao Sr.

- 5 Sérgio Razera, que explanou sobre a segunda etapa da Oficina Preparatória FEHIDRO/Cobranças PCJ, que ocorreu no dia 04 de outubro, nas dependências da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
- 10 (CATI), em Campinas. Destacou que para o processo de pré-análise dos projetos, a Fundação Agência das Bacias PCJ terá o apoio de uma empresa especializada na análise dos orçamentos. Informou que a Agência está
- 15 trabalhando no documento “Diretrizes gerais e procedimentos operacionais” para a fixação

de uma normativa interna na Caixa Econômica Federal (CEF), dessa forma os funcionários serão instruídos para as especificidades nos contratos PCJ. Na sequência, o Sr. Sérgio explanou, a pedido do Sr. Petrus, sobre o Aditivo ao contrato de gestão da Agência Nacional de Águas com a Fundação Agência das Bacias PCJ onde uma das novidades é o Plano de Aplicação plurianual.

20

25 **3. Apreciação da ata da reunião anterior:** O Sr. Polga colocou em discussão a ata da reunião anterior, que ocorreu no dia 06 de setembro de 2011, nas dependências da Agência PCJ, em Piracicaba. Não havendo manifestação colocou em votação, a ata foi aprovada por unanimidade.

30

4. Apresentação

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



Grupo Técnico de Cobrança (GT-Cobrança)

Ata de Reunião do dia 07/10/2011 – Agência das Bacias PCJ – Piracicaba/SP – 9h30min

sobre os trabalhos que estão sendo desenvolvidos sobre o levantamento e cadastramento dos usuários de águas subterrâneas: O Sr. Polga passou a palavra ao Sr. Sebastião Bosquilia funcionário do Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, iniciou esclarecendo que após a concessão da rodovia Dom Pedro I o Ministério Público do Estado de São Paulo colocou como medida compensatória o levantamento e cadastramento de usuários de águas subterrâneas, nas Bacias PCJ e com isso e em parceria com o DAEE o cadastro vem sendo executado. Explanou ainda sobre os métodos para a atualização dos dados e sobre a vistoria. Demonstrou os municípios em que a primeira etapa fora concluída, assim como os que já estão sendo fiscalizados. Destacou os atuais números e a previsão de registro dos poços existentes na região de tal forma que ao final dos trabalhos o cadastro de usuários de água subterrânea estará completo e atualizado. O Sr. Polga tendo em vista a agilidade e continuidade dos trabalhos, sugeriu que na reunião seguinte do grupo, o DAEE fizesse a apresentação sobre necessidades de equipamentos e pessoal que pudesse auxiliar no processo de análise e emissão de outorgas. **5. Apresentação sobre o cadastro de usuários do setor rural nas Bacias PCJ:** O Sr. Polga passou a palavra ao Sr. Luiz Antonio Brasi que explanou sobre o momento em que o setor rural esta vivendo com as incertezas colocadas pela discussão do novo Código Florestal Brasileiro, que está em tramitação no Congresso Nacional, e as dificuldades para atualização do cadastro de usuários no meio rural, e que estes fatos vêm dificultando ou postergando a assinatura do Decreto Estadual que prevê a implantação da cobrança para os irrigantes. O Sr. Moretti esclareceu que a dificuldade atualmente para o proprietário rural passa por regularizar

todas as ações e interferência feitas na propriedade e daí passa pela reserva legal, dentre outras, Depois de várias considerações foi sugerido que a Câmara Técnica de Usos e com da água no meio Rural (CT-Rural) apresentasse um levantamento com os problemas relacionado com cadastro e outorga e possíveis sugestões de encaminhamento. **6. Outros Assuntos:** O Sr. Polga, abriu a palavra para discussão de outros assuntos e questionando a data e a pauta da próxima reunião, após os apartes, ficou definida a próxima reunião do Grupo para o dia 03 de novembro de 2011, às 9h00 em Holambra, em local a ser definido. Em seguida o Sr. Moretti argumentou que existe a necessidade de se colocar na pauta das próximas reuniões 3 (três) itens que inclusive constam das Deliberações dos Comitês PCJ e da própria resolução dos Conselhos estadual paulista e federal quanto a: 1) inclusão de novos parâmetros de cobrança; 2) atualização dos valores dos Preços Unitários Básicos PUB's; 3) cobrança com valores diferenciados tanto por tipo de uso quanto por trechos de rio. Colocou ainda que gostaria de iniciar a discussão destes temas já na próxima reunião, citando como exemplo uma apresentação por parte do representante da ANA, sobre o cenário atual das cobranças implantadas no Brasil, as diferenças em termos de metodologia e de valores, sugeriu também um levantamento sobre a defasagem nos valores dos PUB's do PCJ. Após discussão a proposta foi aprovada por unanimidade. O Sr. Marco Antônio Amorim, ficou de verificar a possibilidade da apresentação para a próxima reunião. **7. Encerramento:** Não havendo nada mais a discutir, o Sr. Polga agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

ROBERTO MARIO POLGA